



IX Simpósio Nacional de História Cultural
Culturas – Artes – Políticas: Utopias e distopias do mundo contemporâneo
1968 – 50 ANOS DEPOIS
Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT
Cuiabá – MT
26 a 30 de Novembro de 2018

**O QUE MUDOU NO RELACIONAMENTO ENTRE HISTÓRIA E
LITERATURA NO PÓS-MAIO DE 1968?**

Izaias Euzébio Amâncio¹

O objetivo do presente artigo, fruto de uma Comunicação Oral no Simpósio Temático “*História Cultural e Ensino de História: entre práticas e representações*”, no IX Simpósio Nacional de História Cultural, na UFMT, é apontar as transformações no relacionamento entre História e Literatura no pós- maio de 1968. Aquele mês na França marcou um novo tempo: tempo de lutas, protesto, rebeldia e, acima de tudo, transformações que marcaram profundamente a sociedade ocidental e, talvez, até no mundo inteiro. O professor português João Bernardo, num artigo intitulado *Estudantes e trabalhadores no maio de 68*, pondera que:

Desde o começo do movimento que encontramos nos jornais e panfletos três temas principais: a recusa de uma universidade ao serviço do capital, a defesa dos interesses dos trabalhadores no interior da universidade e a aliança entre intelectuais e trabalhadores (2012, p 22).

Para o pesquisador, é um equívoco apresentar aqueles acontecimentos como sendo apenas como uma movimentação de insurreição estudantil, se esquecendo então que ocorreu a maior greve geral da história da França naquele período. Ou seja, foi um

¹ Graduado e mestre em História pelo PPGHIS/UFMT. Estudante de Doutorado em Estudos de Linguagem PPGEL/UFMT. Email: prizaiaseuzebio@gmail.com

movimento estudantil, mas também esteve presente a temática da classe trabalhadora e da exploração capitalista, no componente estudantil do movimento.

Na grande manifestação de 7 de maio, avaliada em 50.000 pessoas, a faixa que encabeçava ao desfile proclamava: ‘os estudantes com os trabalhadores’. [...] A 13 de Maio, na grande manifestação que juntou cerca de um milhão de pessoas, a maior realizada até então em Paris, operou-se pela primeira vez a junção entre estudantes e trabalhadores em nome da solidariedade contra a repressão.” (Idem, p. 25 e 28).

Na verdade, era a sociedade se movimentando na luta por mais igualdade, por direitos e por liberdades em geral. O movimento pode ter se iniciado com poucas reivindicações, mas que ao cabo, terminou por ser um grande precursor de um novo tempo. Se não de melhoras sociais e igualdades, pelo menos a sociedade civil se viu no direito de ir às ruas na luta por seus direitos...o que hoje é bem comum.

O movimento de maio de 1968, na França, se tornou ícone de uma época de renovação de valores e de força de uma cultura jovem. A luta por liberdades sexuais, a ampliação dos direitos civis, protestos contra o capitalismo e a guerra do Vietnã, entre outros, estiveram no centro dos protestos e se tornam estopim da crise. Na verdade, aquele movimento foi o desdobramento de uma série de questões, como a luta por revisões de costumes, posições políticas e filosóficas, aliada à euforia juvenil. E, tudo mostrado ao vivo para o mundo todo com a cobertura televisiva, transformaram o evento num dos maiores acontecimentos históricos do século XX, no que tange a questões sociais e lutas de classes e estudantis.

O fato é que os acontecimentos do maio de 1968 influenciaram e mudaram a política, a cultura e a sociedade em geral, o que inclui a universidade. Intelectuais de diversas áreas se viram na necessidade de dar explicação àqueles fenômenos sociais. Para falar a verdade, a década de 1960 já era um período de contestação intelectual contra aquelas explicações acabadas que encaixavam a sociedade em modelos sociais prontos, como por exemplo, na história a história estrutural e, nas ciências humanas, o Estruturalismo. Os intelectuais, antes mesmo daqueles protestos, já protestavam contra a ideia de fenômenos únicos e estruturais dando conta da sociedade. Para estes intelectuais, fenômenos múltiplos aconteciam na sociedade e compreendê-los era papel dos cientistas que se ocupam das ciências humanas e sociais. Antes de me aprofundar nesta questão, permitam-me fazer um sobrevoo na questão do relacionamento das disciplinas História e da Literatura nos últimos dois séculos.

Me parece que contar a história da historiografia (quem tem uma história própria) há, pelo menos duzentos anos, pode ser feita também observando as ligações (ou afastamentos) da linguagem (e conseqüentemente, da Literatura, sua forma escrita) e da História. E, a grosso modo, observo que esse relacionamento (tomando emprestado a forma literária de um romance) passou por pelo menos três fases distintas. Primeiramente, estudos históricos e literários, em tempos remotos não possuíam tanta distinção. Mas, desde que adquiriu o status de disciplina científica, especialmente a partir do século XIX, a História relega a Literatura a uma espécie de segundo plano.

Desde o século XIX, quando a História se tornou disciplina acadêmica, a palavra “fonte” se reportava a documentos oficiais (atas públicas, relatórios, correspondências diplomáticas, decretos, entre outros). “Isto na busca de descrever os fatos como eles ocorreram” (GRECCO, 2014, p. 40), ficando os textos literários e outras fontes artísticas como documentos não fidedignos para a verdade histórica. “A História era tida como ciência, e a Literatura como ficção” (Idem).

Uma disciplina para ser eminentemente científica prescindia de regras rígidas no trato com seus objetos e fontes de pesquisa. Os cientistas históricos da época (dos tempos áureos do Positivismo, que se desenvolveu a partir da França) consideravam com fontes fidedignas de história apenas documentos extraídos de arquivos e atas oficiais. Materiais literários eram considerados apenas no campo da ficção, do imaginário. Tanto que, em diversas línguas, por muito tempo houve a distinção dos termos história (narração da verdade passada) e estória (conto inventado, credice).

Num segundo momento, com a chegada do século XX, se percebe uma mudança nos círculos historiográficos mundo afora. Marcadamente, com a fundação da Escola dos Angeles, na França em 1929 e, conseqüentemente no que se denominou de História Nova. Surge a necessidade de se rediscutir os estatutos científicos da História para aquele período, fruto das inquietações do momento (uma vez que a escrita da História é fruto de seu tempo). Surge agora a chamada História-problema, que não deveria mais se preocupar em narrar linearmente toda a história da humanidade, englobando-a em períodos. O que a teoria e escrita da História deveria era problematizar as questões sociais, partindo de interesses do presente para se compreender o passado. Com isto, a História Nova se volta para novas questões, novas abordagens e métodos e conseqüentemente, nova noção de documento, que deixa de ser apenas o oficial e o escrito. Tudo que trate de vestígios deixados pelos humanos agora importa à História. Assim, a Literatura passa a ser mais aceita e utilizada pela História. Esse segundo momento perdura até os anos 1960, tempo

conhecido nas ciências humanas como *estruturalismo*.

Chega-se então, um terceiro momento no relacionamento entre História e Literatura, quando esta última adentra definitivamente nos portais da História e de suas questões. Impulsionadas pelos eventos que ocorreram pós-maio de 1968 (protestos e questionamentos que se originaram na França, mas se estenderam pelo mundo) e novas questões colocadas nas ruas como a luta contra segregação racial, liberdade sexual, machismo, desigualdades, entre tantos outros temas, levaram os intelectuais das ciências humanas em geral a repensar seus conceitos e a procurar dar explicações a estes novos tempos e problemáticas que se descortinavam diante de si.

Aliado a isso, surgiram intelectuais de destaque em diversas áreas que repensaram as ciências humanas como um todo e questionaram a questão do estruturalismo como explicação satisfatória de mundo, bem como uma trajetória histórica futura de progresso da humanidade. Na História, podemos destacar Michel de Certeau e a operação historiográfica, que diz que a história é um texto, produzido num lugar social, e uma prática. Também merece destaque Michel Foucault com seus diferentes métodos arqueológicos (cavar mais fundo) e genealógicos (desde o princípio), percebendo que por trás de cada atitude humana estão os discursos, cujas linguagens nos construíram. Mas, vários outros pensadores discutiram questões pertinentes ao período, como Jacques le Goff, Pierre Nora, François Dosse. Certa vez, Paul Veyne escreveu que Foucault “revolucionou a história”. Na verdade, tomando de Veyne emprestada a frase, eu diria que esses referidos pensadores acima e muitos outros, juntos, revolucionaram a história, ou melhor, revolucionaram as ciências humanas em geral. Falando da revolução chamada Foucault, Margareth Rago pondera que:

Veyne chamou nossa atenção para a “revolução” produzida pelo filósofo na historiografia: especialmente desde o marxismo, aprendêramos a enxergar a História como práxis e como consciência. Inúmeras vezes repetimos os ensinamentos de Marx de que “os homens fazem a história, mas não a fazem como querem, e sim nas condições herdadas pelo passado”. Aliás, para a geração 68, a principal motivação para o estudo da História estava centrada no desejo de transformação social, numa emocionada aposta na Revolução. A história confundia-se então com ação revolucionária. Ora, Foucault questionou este pressuposto e afirmou que a História não é mais do que um discurso, discurso este que também precisava ser psicanalisado e “descrito em sua dispersão”. Este filósofo desorganizava, assim, não apenas o passado, que imaginávamos pronto para ser detectado e trazido à tona, graças às ferramentas do materialismo histórico e dialético, como a própria tarefa do historiador, que repentinamente se flagrou capturado em insidiosas armadilhas. Veyne mostrou, nesta direção, que a história é uma forma cultural, através da qual os homens na contemporaneidade

se relacionam com seus eventos e com o passado. Uma forma de conhecimento, uma escrita e não ação. (RAGO, 1995, P. 72 e 73)

O campo intelectual ainda estava emergindo nestas discussões teórico-metodológicos daquele período pós maio de 1968, quando, segundo Ankermit:

Era esta, mais ou menos, a situação na teoria da História quando Hayden White publicou, em 1973, seu imensamente bem-sucedido livro *Meta-História: a imaginação histórica da Europa no século XIX*, e, por meio dele, fez a História entrar em uma terceira fase na qual ainda permanecemos. (ANKERSMIT, 2012 p. 20)

White se ocupa com o texto em si, como sendo histórico. Na sua tese, defende que cada texto é que é histórico porque ele vai necessariamente se encaixar num dos quatro formatos de escrita poética, que ele chamou de *tropos (Metáfora, Metonímia, Sinédoque e Ironia)*, e vai deixando marcas, de seu próprio tempo, para pesquisadores do futuro. Nas décadas seguintes, arrisco-me a dizer que, a *Meta-História* e as ideias whiteanas foram exaustivamente debatidas nas universidades e nos círculos historiográficos ao redor do mundo ocidental. Não que o historiador norte americano tenha agradado a toda a comunidade intelectual ou os teóricos da História, nem porque tenha convencido a todos a aceitar sua tese, de que estudos históricos e literários estão intimamente ligados por meio de narrativa que vai se utilizar de tropos, enredos e de ideologias previamente definidos, onde apenas vai se encaixar. O mérito de White não foi ter provado consistentemente sua tese, mas o fato de que sua obra provocou um debate tão grande na disciplina histórica, que causou uma espécie de *virada linguística* na disciplina. Serviu para comprovar (e hoje cabalmente aceito) que o historiador, ao narrar o passado ele produz apenas um texto e que esse texto é que é histórico, fruto de seu tempo.

Paralelo a estes estudos norte-americanos, a historiografia francesa (herdeira da Escola dos Annales) também se interessou por estudos históricos que tivessem ligação com a teoria literária. Desenvolveu-se, a partir dos anos 1980, a chamada Nova História Cultural, que trabalha diversos temas, inclusive questões literárias na História. Roger Chartier é exemplo de um intelectual que dedicou parte de seu trabalho a estas questões. Fruto de seu trabalho nesta área, publicou o livro *À beira da falésia: A História entre certezas e inquietudes*. Embora confirme que o trabalho de historiografia pertença ao nível da narrativa, Chartier alerta para o perigo “nas formulações radicais do *linguistic*

turn à americana, a perigosa redução do mundo social a uma pura construção discursiva, a meros jogos de linguagem” (CHARTIER, 2001, p. 10). À beira da falésia (ou à beira de abismo), significam os desafios, entre perigos e conquistas, da História na atualidade de manter o equilíbrio entre o radicalismo estruturante da história tradicional, de um passado não muito distante, e o relativismo dos tempos atuais.

Com o interesse da chamada Nova História (que se iniciou com a Escola dos Annales em 1929, e se aprofundou após os anos 1960) por novos objetos e novas abordagens, novas temáticas surgiram. A História deixa de perceber apenas padrões cultos e eruditos, das classes dominantes, interessando-se também por estudos de manifestações populares, memórias, crenças, lutas simbólicas, ritos e símbolos, entre outros, como legítimas expressões das sociedades humanas. Surge, então, o conceito de “representação”, como uma forma de os homens descreverem sua realidade, onde a História Cultural agora se atém ao estudo das diversas formas de representação de mundo no interior dos grupos humanos. E, assim, amplia-se o diálogo com diversas disciplinas, ampliando e redirecionando o encontro entre História e Literatura, passando esta última a ser uma valiosa fonte de análise das diferentes visões do mundo que os homens tiveram em cada tempo e lugares. Tanto a literatura como a história, portanto, são caminhos diferentes, mas que se convergem e contribuem para a construção de uma identidade social e individual, pois traduzem uma apreensão sensível da realidade, oferecendo leituras diversas. Ou seja, “as duas narrativas têm igualmente por efeito de socializar os indivíduos, criando as condições simbólicas de coesão social” (PESAVENTO, 1998, p. 14).

Em dias atuais, me parece que as fumaças das discussões entre História e Literatura já quase se dissiparam. A Literatura não é apenas um fenômeno estético, mas uma manifestação cultural. Hoje, muitos historiadores já reconhecem no texto literário a possibilidade de se identificar dados históricos com a peculiaridade e expressividades próprias da linguagem artística, entre outras, sendo a literatura, portanto, um campo privilegiado para a investigação histórica. Veem nos textos literários a possibilidade de se trabalhar com discursos que, em grau variado, revelam o campo de produção simbólica de uma época e valorizam a riqueza do texto ficcional como fonte que, de forma indireta, fala do mundo, através de uma linguagem metafórica e alegórica, sendo, portanto, a expressão de formas de pensar e agir, dotado de credibilidade e significância. Ambos, o escritor e o historiador, trabalham a reconstrução da memória, de valores e de discursos. A História é uma ciência, portanto, em permanente construção. O homem faz e narra a

história. Não estaria aí a riqueza da disciplina?

Por fim, convém ainda dizer que após neste terceiro período, que perdura até os dias de hoje- utilizando a metáfora de um namoro- a História se apaixona definitivamente pela Literatura, num relacionamento frutífero e duradouro. Assim, à guisa de conclusão, eu diria que a História de volta para a linguagem (e a Literatura, sua forma escrita) e a linguagem abraça a História!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANKERSMIT, Franklin Rudolf. **A Escrita da História: a natureza da representação histórica**. Londrina: Eduel, 2012.

BERNARDO, João. **Estudantes e trabalhadores no maio de 68**. Artigo. Revista Lutas sociais 10/20. PUC, 2012.

CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia: A História entre Incertezas e Inquietude**. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Contribuição da História e da Literatura para a Construção do Cidadão: A Abordagem da Identidade Nacional. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; LEENHARDT, Jacques (orgs.). **Discurso Histórico e Narrativa Literária**. Campinas, SP: UNICAMP, 1998.

RAGO, Margareth. **O Efeito – Foucault na Historiografia Brasileira**. São Paulo: Tempo Social, Revista de Sociologia, USP, 1995, p. 67-82.

WHITE, Hayden. **Meta- História: A Imaginação Histórica do século XIX**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1992.